

Epistemologia “da” Comunicação: elementos para a crítica de uma fantasia acadêmica

Epistemology “of” communication: elements for a critique of an academic chimera

FRANCISCO RÜDIGER

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil.
<frudiger@ig.com.br>

RESUMO

Defende-se no texto que a comunicação é motivo de crescente confusão entre os interessados na sua reflexão teórica e esclarecimento categorial, na medida em que as pretensões de convertê-la em chave de ciência disciplinar autônoma, sustentadas por alguns acadêmicos brasileiros, ignoram seu caráter e sentido como meio de pensamento. Sempre que se apresenta, a epistemologia, nos estudos de comunicação, nada tem que lhe seja singular (“comunicacional”) e, onde visa esta meta, sucumbe na petição abstrata, visto não apenas o seu total alheamento em relação à prática de investigação efetivamente exercitada no campo, focada na mídia, mas, também e, sobretudo, seu desconhecimento dos limites proposicionais do conceito de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia. Filosofia da ciência. Teoria da Comunicação.

ABSTRACT

We argue that communication is a theme of growing confusion among those interested in its theoretical reflection and categorical clarification, to the extent that the claims to convert it into key of an autonomous disciplinary science, supported by some Brazilian scholars, ignore its character and meaning as a tool for thinking. Epistemology in communication studies has nothing that will be singular to them, and for this, every time it aims at this kind of goal, it succumbs into an abstract petition because not only this search is indifferent towards the practice of research effectively exercised in the field but also and above all, it ignores the propositional limits of the concept of communication.

KEYWORDS: Epistemology. Philosophy of Science. Communication Theory.

Desde uns 15 anos para cá, discute-se intensamente nos meios acadêmicos brasileiros da área de comunicação o problema da sua respectiva fundamentação epistemológica. Aos poucos, surgiu neles um coletivo que se agarrou a um rótulo e, motivado, o tornou estandarte de uma causa, em seus olhos, redentora. Aglutinado no GT portador do nome criado em meio à Compós, consolidou-se o mesmo com publicações, que agora não param mais. A matéria, avaliamos, aparentemente passou a ser óbvia, coisa dada, em que a afirmação de propostas silencia a discussão do eventual problema contido em sua proposição. Apesar de o fato gerar ansiedade epistemológica e suscitar desejo de superar a situação, porta-vozes das principais comunidades acadêmicas da área parecem, lá fora, de acordo que não existe um entendimento unificado de o que são estudos de comunicação. As atividades e pesquisas na área estão relativamente bem identificadas no plano institucional, mas são incapazes de se definir disciplinarmente sequer no tocante ao objeto de estudo.

“

Dizem alguns que, em vez de disciplina, somos um ‘campo’ definido por um objeto comum: a comunicação. Eu duvido que sequer tenhamos isso! ‘Comunicação’ é um objeto muito amplo – quase tudo na vida envolve comunicação.”

(Donsbach, 2006, p. 439)

No Brasil, apareceu, contudo, como dito, um movimento decidido a reverter este panorama e em cuja bandeira está inscrita a causa da epistemologia. Sabemos, porém, do que se trata ao empregarmos o título “epistemologia da comunicação”? Que a expressão cole em uma comunidade, significa que esta comunidade esteja no direito

de discorrer a seu respeito sem apresentar boa justificativa? Desde o ponto de vista intelectual e, no caso, também, ético, ela não está obrigada, se a esses valores observa, a dar razões para sua convicção e seus empreendimentos?

Será que os proponentes da causa possuem os créditos que pressupõem para pontificar sobre uma matéria cuja determinação, no que diz lhes interessar (a comunicacional), exige uma iniciação filosófica que o campo, seja lá como for entendido, ainda não mostrou, se é que um dia lhe despertará interesse?

Afirmam alguns que o campo perdeu sua dependência a outras disciplinas e a encruzilhada que era “se tornou uma disciplina bem estabelecida, rigorosa, que possui seus departamentos universitários, seus programas de doutoramento, suas tradições de pesquisa, suas revistas e organizações científicas” (Lazar, 1992, p. 4). Será, porém, que isso basta para caracterizar a comunicação como objeto de ciência “independente, rigorosa e florescente”? (Lazar, 1992, p. 6).

Decretar que “todos os pesquisadores em comunicação defendem o reconhecimento da autonomia [científica] dessa disciplina” (Lazar, 1992, p. 123), mesmo que houvesse prova, dispensaria a devida apresentação de razões? O raciocínio não subentende uma submissão aos fatos que violenta a liberdade de reflexão e ajuizamento que, filosoficamente, fundamenta e justifica a prática científica como atividade autônoma e legítima?

Tiago Quiroga resume um entendimento que se espalha sem discussão, ao referir-se à “epistemologia da comunicação” como iniciativa “que se propõe oferecer a tal prática científica legitimidade equivalente à encontrada em outras áreas do saber historicamente consolidado” (Quiroga, 2010, p. 142). Será, porém, que não se encontra aí um discurso que, em vez de estudar a pesquisa para exercitar a crítica acadêmica, visa mobilizar as crenças para, assim, legitimar uma doutrina de cunho duvidoso e proveito discutível?

O presente artigo agencia estas interrogações e se origina do ceticismo em relação aos movimentos acadêmicos que, reivindicando uma causa sem examinar seus pressupostos, desejam fundar uma autoridade intelectual propagando uma crença e recrutando seguidores, seja para conquistar vantagens materiais e administrativas, seja para satisfazer fantasias de poder em um mundo dominado pela vontade de possuí-lo. A legitimação acadêmica e reconhecimento institucional não bastam para conferir autonomia epistemológica a um saber e, por isso, relativamente à matéria, só mantém o espírito livre quem evita confundir prática política institucional e voluntarismo epistemológico com justificativa intelectual e filosófica.

Ninguém dentre nós precisa ter lido Bourdieu, para saber que o bovarismo epistemológico que tomou conta de parte da área, sem se restringir aos especialistas em “teoria”, é expressão das lutas pelo poder e pela obtenção de posições e vantagens, na maior parte das vezes insignificante, no interior das instituições universitárias e no âmbito dos órgãos financiadores (como confessa Donsbach, 2006, p. 442). A paixão pelo saber e o gosto pelo estudo há muito são prevenidas, em um campo que, como outros tanto, passou a ser dominado pelo produtivismo mecânico, a mentalidade quantitativa e o espírito burocrático.

O confronto que se propõe aqui, todavia, não envereda por essa via, optando, em vez disso, por explicitar suas contradições conceituais imanentes. O primeiro passo estabelece termos para o enfrentamento da questão. O segundo, procede à sua documentação. O terceiro, parte do esclarecimento do que é epistemologia, para em seguida mostrar sua apropriação pelos nossos pensadores da comunicação. O quarta evidencia o equívoco dos que entre nós, pondo o desejo à frente da razão, pensam que a instituição da cientificidade de um saber, em vez de se dar pelo cultivo da prática de pesquisa, pode surgir da petição de princípio epistemológica.

Campo ou disciplina?

Wilbur Schramm, responsável pelos primeiros movimentos no sentido da institucionalização acadêmica da “*communication research*”, sabe-se, recusou-lhe a condição de disciplina científica. Para ele, conviria caracterizar-lhe antes como um campo acadêmico “de extraordinária vitalidade na pesquisa e teorização [interdisciplinar]” (Schramm, 1965, p. 1). Na Europa, verifica-se, ao contrário, que o processo de institucionalização acadêmica da pesquisa em comunicação foi vivido e promovido como sinal de reconhecimento da sua condição de ciência. O “*Dicionário da Comunicação*”, editado por Abraham Moles, é prova disso, ao tratar a comunicação como objeto de ciência, mais do que como campo (Moles, 1975, p. 148).

Para entender a forma como nossa comunidade acadêmica se situou em relação a essas duas tradições, convém, em primeiro lugar, lembrar que, entre nós, a semântica do termo “comunicação” passou por curioso desdobramento. Originalmente expressão de uma fração do real, designativo de um processo objetivo, o vocábulo passou, com a consolidação dos cursos de comunicação, a exprimir também o relato com pretensão de saber a seu respeito.

Immacolata Lopes dá conta disso observando que a palavra “comunicação” pode ser empregada “para indicar uma disciplina, tanto quanto o seu objeto de estudo” (1990, p. 11). No primeiro momento, essa “disciplina”, eventualmente orientada no sentido da “aplicação”, tendeu a ser inserida nas ciências humanas, sendo caracterizada pelo “objeto multifacetado”, a “novidade dos problemas de estudo” e, principalmente, a “interdisciplinaridade da abordagem” (Lopes, 1990, p. 92).

O problema com esse entendimento não é só, conforme apontaremos, a forma como se lhe reivindica um objeto, mas, também se, em sendo assim, a comunicação, no sentido de estudo, pode ser definida como disciplina, revelando-se sintomático que, diante do desafio de determinar o seu “objeto específico”, a autora apresente

também e melhor, cremos, como “campo” (Lopes, 1990, p. 11) em que intervêm as várias ciências humanas, visto que “a despeito da necessidade de integrar enfoques particulares dependentes de uma ótica sintetizadora e explicativa do fenômeno global da comunicação [como objeto de estudo], não se produziu ainda uma tal Ciência da Comunicação” (Lopes, 1990, p. 91).

Dominante durante muito tempo, esse juízo passou a estar sob ataque em meio à onda interessada em debater a “epistemologia da comunicação” surgida com a expansão de nosso sistema de pós-graduação (Lopes, 2003)¹. Neste novo momento, cujas circunstâncias institucionais não temos com analisar aqui, a interdisciplinaridade converteu-se de virtude em motivo de acusação. Disseram-nos que “em nossa área, frequentemente a interdisciplinaridade é usada como *habeas corpus* contra as exigências de severidade metodológica, contra o rigor na fundamentação e contra a solicitação de restrição ao campo científico, ou pelo menos, de priorização deste” (Gomes, 2003, p. 328). Subentende-se daí que, na comunicação, há um campo científico disciplinar, para em seguida se defender que a contenção dentro dele não só é possível como deve ser praticada por quem deseja superar um discurso epistemológico que se tornou “velho” (Gomes, 2003, p. 316).

Wilson Gomes não nos diz neste texto qual seria o novo discurso. De fato, foram outros os que empolgaram a tarefa. Desses, por certo o mais destacado é Luiz Cláudio Martino. Segundo ele, os estudos de comunicação encontram-se atualmente sob o risco de entrar em colapso epistemológico e, assim, perder sua legitimidade acadêmica, pelo fato de não terem definido bem sua identidade como saber. Para evitá-lo, o autor só vê uma saída: analisar seus fundamentos reflexivos e desenvolver seu embasamento como ciência (Martino, 2003a, p. 66). O ceticismo em relação a tanto que existiria entre os estudiosos precisa ser superado. “O saber comunicacional não pode mais se impor como uma *evidência*” (Martino, 2004, p. 12). A postulação de que a comunicação é um

“princípio essencial à atividade humana” não basta mais para legitimá-lo (Martino, 2004, p. 12). À área exige-se a apresentação de suas credenciais como conhecimento científico, e isso, continua o raciocínio, se estabelece com a demarcação de seu objeto estudo.

Parte o autor da premissa de que o campo se encontra teoricamente fragmentado, submetido a abordagens que se originam de outras disciplinas e, o pior de tudo, acomodado com uma concepção a respeito de sua própria natureza e fundamentos que é equivocada, senão simplesmente errônea. Os porta-vozes da área, pregam, se tornaram prisioneiros de uma reflexão epistemológica muito precária, que os leva a desperdiçar seu capital intelectual “na mobilização da filosofia para opô-la à ciência” (Martino, 2011, p. 144-145).

Martino se obstina no desejo tipicamente moderno de separar o saber (“comunicacional”) da comunicação (enquanto objeto), condenando o entendimento interdisciplinar do primeiro pelo fato de levar suas teorias “a coincidir com o conjunto das ciências do homem”. “A abertura a todo e qualquer problema que resulte em algum produto comunicacional” existente hoje não deveria continuar, se é para dispormos de um “conhecimento comunicacional [bem disciplinado]”, ele defende (2004, p. 3).

As pretensões de interdisciplinaridade e/ou o ceticismo em relação à identidade disciplinar que dominam o campo, crê, não resistem à análise crítica. A postulação de que o estado do campo pode servir de base para definir seu estatuto epistemológico seria falaciosa. Os problemas epistemológicos não podem ser resolvidos com métodos históricos ou sociológicos. A “comprovação da falta de identidade disciplinar pelos dados históricos”, feita pelos porta-vozes do campo, esquece que são “eles mesmos organizados pelo pressuposto que querem comprovar” (Martino, 2004, p. 4). A pesquisa documental, sustenta quem não a pratica, raramente retira deles “o que não foi ali implicitamente colocado” (Martino, 2004, p. 4).

Teoria ou Epistemologia?

Martino deseja, em resumo, algo simples e razoável, que a pesquisa em comunicação, entre os que fazem parte administrativamente dos setores acadêmicos agrupados com o rótulo, se reduza a estudos de mídia (Martino, 2001a). Acreditamos estar de acordo com ele, quando subscrevemos a tese de que, em vez de comunicação, o tema mais central de nossos estudos são os fenômenos de mídia (Merrin, 2014, p. 107-115). Sua ingenuidade ou ilusão consiste em pensar que isto, entretanto, baste para justificar uma epistemologia e, assim, fundar uma nova ciência. A origem do pecado é o culto fetichista da palavra “comunicação”, lançada onde deveriam aparecer os termos mídia e estudos de mídia.

Em nosso ver, o autor tem razão em dizer que a comunicação não é um objeto empírico, embora esteja falando “em relação ao fenômeno” (Martino, 2007, p. 27 – explique-se: comunicação também não é um “fenômeno”), e que, portanto, precisa ser (e em parte, completaríamos, é sempre) construída teoricamente. Derrapa, contudo, ao postular que essa construção deve ser obra de uma disciplina separada das demais (a “Comunicação”) e que, reservada aos comunicólogos, esta deve se circunscrever ao que diz respeito à cultura de massas e seus veículos (Martino, 2001b). Para ele, as teorias da comunicação com que os acadêmicos do campo trabalham, não o são (da “Comunicação”), porque não “tomam a comunicação [tal como ele a define] como fator central” (Martino, 2007, p. 28). Os referenciais em circulação provêm de outras áreas do conhecimento, sendo, no máximo, teorias sobre, em vez da comunicação, de modo que, por isso, não surpreende o fato de elas nos impossibilitarem de constituir uma disciplina, o “saber autônomo” que o autor deseja (Martino, 2007, p. 30).

Quais são os motivos para esta ansiedade epistemológica, o autor não deixa muito claro, embora seja o fato dele ter se sujeitado acriticamente ao positivismo, à crença na ciência pela ciência. Entre as provas disso, está sua concepção de epistemologia,

a convicção de que esta tem por missão dar aos praticantes de um saber “a direção na qual deve ele se desenvolver” (Martino, 2007, p. 134).

Martino afirma que a suposta fragilidade do campo só pode ser superada mediante a reflexão epistemológica. O problema que se coloca é, para nós, a forma como ele entende essa atividade. O autor observa bem que a epistemologia constitui uma disciplina filosófica e designa o estudo da ciência (Martino, 2003b, p. 81). Segue por via correta dizendo que lhe cabe, entre outras tarefas, “explicitar as regras de operação e as premissas que norteiam a identificação das teorias à problemática comunicacional” (Martino, 2003a p. 64).

Segundo nosso entendimento, o embaraço começa quando ele lança a observação de que a epistemologia “é parte integrante e inalienável de cada disciplina científica” (Martino, 2003b, p. 81). O autor afirma que, assim, ela “passa a ser ciência”, sem de fato notar que epistemologia é metalinguagem, uma instância reflexiva. Ela extrapola sua jurisdição, ao pretender dar conta do objeto de estudo das ciências. A proposição de que “todo trabalho científico comporta uma dimensão epistemológica” (Martino, 2003b, p. 82) está correta, mas só tem necessidade desde o ponto de vista de quem analisa filosoficamente a atividade científica. O pesquisador mesmo pode desconhecê-la, sem que isso importe necessariamente em prejuízo. A falta pode ou não acarretá-lo, porque, como tal, aquele primeiro está, em essência, engajado noutro tipo de tarefa.

Mario Bunge nota bem que, falando *strictu sensu*, epistemologia é um ramo da filosofia, que estuda as ciências e o conhecimento delas resultante: ela não tem objeto da mesma forma que aquelas o possuem. Nesse sentido, trata-se de uma atividade que pressupõe a presença da prática científica – sua legitimidade, e se ocupa da análise e reflexão sobre os seus problemas, teorias e métodos. Obrigada a estar próxima e se adequar à realidade da pesquisa, para não se tornar fantasiosa, a epistemologia

deve ser “capaz de distinguir a ciência da pseudociência, a investigação profunda da superficial, a procura da verdade da procura do pão de cada dia” (Bunge, 1980, p. 13); isto é: examinar e discutir a prática científica, em vez de pretender legislar sobre ela impondo-lhe conceitos.

Bunge relata o que chama de pseudociência em chave influenciada pelo positivismo, mas, descontando isso, nos passa um recado útil, ao observar que, sempre que exerce uma função autônoma e crítica, dentro de um âmbito que se constituiu e se legitimou internamente como ciência, a epistemologia pode trazer à tona e por em discussão os problemas lógicos, gnosiológicos, metodológicos, mas também ontológicos, políticos e éticos que atravessam a prática científica e, às vezes, obstaculizam seu desenvolvimento (Bunge, 1980, p. 17). Em resumo, pode-se dizer, portanto, que, analiticamente, a filosofia da ciência, ou epistemologia, é uma forma de metalinguagem, um saber de segundo grau, que se caracteriza pelo trabalho de análise dos vários aspectos que definem uma atividade que adquiriu legitimidade como ciência a partir de sua própria prática, à revelia de outros interesses. A essência do mesmo está no estudo e reflexão sobre como essas atividades nascem, se estruturam, procedem e se expressam, como complementa Joseph Losee (1981, p. 11-14).

Martino faria muito melhor para sua causa explicitando que, em seus escritos, o objetivo é separar os estudos de mídia do campo muito mais vasto da reflexão sobre comunicação, em vez de tentar fundar a autonomia de uma nova disciplina com base na pregação epistemológica. O saber se emancipa como ciência e constitui uma comunidade intelectual autônoma na prática de pesquisa. Passando por alto o que, vimos acima, assegura a autonomia dessa atividade, ele faz mal em conferir à epistemologia um aspecto doutrinário, ao atribuir-lhe a tarefa de elaborar teoricamente o que está reservado à pesquisa científica. Pior ainda, conferindo um

caráter normativo e fundacional a esta disciplina, visto, ainda por cima, outorgar-lhe o poder de estabelecer o próprio objeto daquela atividade. O resultado disso é uma confusão entre as tarefas de cada uma dessas instâncias, a científica e a epistemológica.

Seus textos criticam a falta de discussão a respeito da unidade do campo por parte das teorias (Martino, 2003a, p. 63). As teorias da comunicação que dispomos não procedem à sistematização da área, no sentido de fazer convergir suas teses e proposições. A pergunta que se deve fazer, porém, é: por que deveriam? O raciocínio precede como se a sistematização, no sentido da confecção de uma “teoria geral” ou da explicitação de um “princípio unitário” fosse não apenas desejável e possível, mas indispensável à sobrevivência acadêmica e intelectual dos estudos de mídia. O fato, no entanto, é que não é assim: o campo acadêmico da comunicação surgiu e vem prosperando à revelia dessa exigência, que pode interessar e ser esperada pela filosofia da ciência, mas não é necessária para ajuizar os resultados de suas pesquisas e, mesmo, manter uma comunidade acadêmica. A reflexão epistemológica até pode influenciar nesse sentido, mas seria subordiná-la a um viés doutrinário, eventualmente dogmático, pretender que esse é seu direito e, portanto, é essa sua tarefa – o que nos remete ao segundo aspecto problemático da argumentação de Martino.

Martino sucumbe acriticamente à crença no conhecimento científico como única forma legítima de saber, ao defender um entendimento em que, embalado pela sua compreensão como doutrina, cabe à epistemologia a exclusividade de definir o objeto de estudo dos pesquisadores integrados ao campo. Para ele, cabe a ela estabelecer o estatuto do “conhecimento comunicacional enquanto tal” (Martino, 2004, p. 11), o que não estaria mal se, assumindo um viés analítico, ela focasse no trabalho de pesquisa e analisasse os estudos efetivamente conduzidos no campo. O problema todo é que,

passando por alto essas realidades, se pretende que o discurso epistemológico, por si só, instaura e instaure esse estatuto.

O pior efeito disso se revela na forma simplória como o objeto de estudo da ciência da comunicação, em vez de eventualmente reconstruído via o estudo da pesquisa de fato realizada, é, assim, pura e simplesmente definido: as formas de comunicação modernas – rádio, televisão, internet, por exemplo. O juízo condenatório do fato de os porta-vozes do campo não seguirem essa ótica disciplinar ao dissertarem sobre sua natureza e fundamentos, é mero subproduto. À epistemologia, sem dúvida, cabe explicitar e discutir a forma como os pesquisadores eventualmente entendem os meios de comunicação, mas isso não deveria chegar ao ponto de ela tomar para si a tarefa de “desenvolver uma abordagem comunicacional dos meios”, como quer o autor (Martino, 2003a, p. 98).

Proceder, assim, importa em fazê-la perder sua identidade, confundindo a reflexão crítica e a análise lógica de um saber com as teorias da comunicação (como processo). Martino se recusa a aceitar o ajuizamento sobre o campo oriundo de proposições historicistas sobre sua formação. Porém, não se constrange em fazer o mesmo com seu objeto de estudo (o processo da comunicação), para arbitrariamente definir a sua disciplina epistemológica. “Marcar a origem do campo [de estudo] é de certa forma já saber o que é comunicação, estar em condições de estabelecer suas fronteiras” (Martino, 2004, p. 3).

Em seu ver, a comunicação “refere-se ao processo de compartilhar um mesmo objeto de consciência, exprime a relação entre consciências” (Martino, 2001b, p. 14-15). Enquanto objeto de estudo genérico, isto é, filosófico ou reflexivo, comunicar tem “o sentido de tornar similar e simultânea as afecções presentes em duas ou mais consciências” (Martino, 2001b, p. 23). Significa “simular a consciência de outrem,

tornar comum (participar) um mesmo objeto mental (sensação, pensamento, desejo, afeto)” (Martino, 2001b, p. 23).

Nesse sentido, prossegue, a comunicação pode ser objeto de várias disciplinas, da psico à sociologia. No entanto, a comunicação também pode se constituir em “uma disciplina e postular um lugar ao lado de tantas outras” (Martino, 2001c, p. 79), visto que se “pode formular um objeto específico de estudo” (Martino, 2001c, p. 86), tomando por referência as práticas e os meios de comunicação que surgem e se desenvolvem com a era moderna: eles constituiriam “o fator que melhor pode caracterizar o objeto dos estudos em comunicação” (Martino, 2001c, p. 88).

Para ele, portanto, a comunicação como ciência começa quando se recorta no universo mais amplo da comunicação seus meios técnicos e as práticas que se instauram em sua volta. A “ciência da comunicação [midiada]” se instituiria na medida em que passamos nos ocupar exclusivamente dos “processos comunicacionais” circunscritos ao “emprego dos meios de comunicação [modernos]” (Martino, 2001, p. 90). O estabelecimento de dois grandes tipos de atividade comunicacional, a comunicação midiada e a não-midiada, possibilita a delimitação objetiva de uma ciência autônoma, já que seu objeto, a primeira, “passa a não coincidir mais com o objeto de outros saberes e disciplinas das ciências do homem” (Martino, 2001d, p. 73). “As novas práticas comunicacionais [as que empregam os meios de comunicação] são o centro que explicita tanto o objeto quanto a disciplina”, resume Martino (2001a, p. 90).

Epistemologia da comunicação?

Muniz Sodré aprofunda essa postulação e leva mais água para seu moinho, argumentando que é retrocesso epistemológico seguir ligando “o campo comunicacional ao paradigma já gasto das tradicionais disciplinas sociais” (Sodré, 2003, p. 311). Martino

pretende conferir fundamento epistemológico para a instituição de uma nova ciência com o que alhures melhor se definiu, apesar da pobreza proposicional, como sendo uma “teoria social da mídia” (Thompson, 1998, p. 30-76). Sodré desenvolve o argumento com mais sofisticação, explorando epistemologicamente a reflexão sobre a era dos simulacros proposta por Jean Baudrillard. O progresso das comunicações conduziu à completa mediatização da sociedade, à absoluta telerrealização das relações sociais. O triunfo da ordem tecnoburocrática justifica o reconhecimento do bios mediático como objeto de uma ciência da comunicação autônoma: “o apelo à interdisciplinaridade ou a uma certa transdisciplinaridade não resolve mais o embaraço epistemológico” (Sodré, 2002, p. 233).

As reivindicações epistêmicas dos comunicólogos em se tornarem criadores de ciência independente têm fundamento, ele defende. Os processos comunicacionais criaram um vínculo social específico e autônomo, que não teria mais como ser explicado pelos velhos ramos do saber. O fato seria que o apelo interdisciplinar que moveu os estudos da comunicação no passado não daria mais conta dos embaraços epistêmicos que provoca uma situação em que nada mais está fora da esfera dos meios de comunicação. O conhecimento científico está se transformando em “conhecimento comunicacional”, visto que agora nada mais está fora do âmbito de suas respectivas tecnologias (Sodré, 2002, p. 232-242).

O relato é, neste último caso, mais sedutor, mas, está bem claro, é tão falacioso quanto o do colega, resumido mais acima. O objeto de uma ciência não se institui por decreto epistemológico ou circunscrição temática, mediante o emprego de definições e tipologias. As transformações na realidade podem ensejar mudanças no estudo a seu respeito. O fato não autoriza supor, contudo, que experiências, por si só, justifiquem a reivindicação de ciência que possam fazer seus teorizadores. A cientificidade não se constrói com recortes factuais ou discurso doutrinário, ao ser função de um contexto

criado pela prática de pesquisa criadora de métodos e conceitos originais, a partir de experiências determinadas empírica ou documentalente.

A caracterização da ciência da comunicação como saber proponente de “sistemas interpretativos que criam espaços cognitivos para a identificação dos novos agentes sócio-históricos e para o relacionamento com a multiplicidade das novas forças sócio-organizativas” (Sodré, 2002, p. 240) provém de um juízo sobre situação de fato que, essencialmente conceitual, carece da significação metodológica que, na pesquisa, seria necessária à fundação de um novo sistema de conhecimento, distinto do vigente em outras disciplinas.

Em 1987, Chaffe e Berger pretenderam oferecer uma definição clara e objetiva da comunicação como ciência, afirmando que:

“

A ciência da comunicação visa entender a produção, processamento e efeitos dos sistemas de símbolos e sinais, elaborando teorias testáveis empiricamente, que contenham generalizações nomológicas e expliquem os fenômenos associados àquela produção, processamento e efeitos.”

(Chaffe e Berger, 1987, p. 87)

Quem quer que não se deixe tomar pela simples vontade e saiba pensar sem dogmatismo, percebe a fragilidade desta tese, retomada por autores como Sodré e Martino. Passam todos estes autores por alto o fato de que ciências humanas também podem dar conta dessa tarefa. A sociologia histórica, a economia política ou os estudos culturais, apenas para dar exemplo, não podem fazê-lo? O fato de que não se interessem apenas por isso basta para impugnar a propriedade de suas interferências no campo?

“As universidades não precisam de um conhecimento científico dos patos e galinhas além daquele já oferecido pela biologia”, de modo que não há razão epistemológica para separar a pesquisa de mídia do campo de estudos da sociologia, já dizia Tönnies, em 1930 (apud Merrin, 2014, p. 106).

Que se deseje fundar uma ciência da comunicação (mídia, na verdade) distinta e autônoma não é problema, pode ser uma reivindicação intelectual totalmente legítima. O verdadeiro desafio consiste em determinar o que distinguiria essa ciência das demais. A especialização temática não é um critério epistemológico. Que problemas, teorias, métodos e técnicas de pesquisa a separam dos disponíveis nas disciplinas estabelecidas e singularizam a sua? Disso não ficamos sabendo por intermédio dos autores citados, nem dos outros que, empolgando a causa, se posicionam no que chamam de epistemologia da comunicação. Quem quer falar de ciência precisa entender que o que conta para sua instituição como tal não é mais, se é que algum dia assim ocorreu, esse último tipo de discurso, mas as próprias performances científicas (Lyotard, 1979).

Martino, nesse sentido, compromete-se mais do que Sodré, porque reivindica para a epistemologia um poder fundacional em relação à cientificidade dos estudos em comunicação. O segundo simplesmente explora o significado epistemológico de sua reflexão teórica sobre as formas que a mídia está assumindo no mundo contemporâneo. Martino está cego para o fato de que a pesquisa científica não se estrutura apenas com base em esquemas formais (a problemática do “relacionamento mental”, como ele defende) e aplicações a estudos de caso (como o veículo “x” na situação “y” agencia o referido esquema).

O primeiro e mais importante é o problema concreto e os métodos de análise com que os materiais e a situação de pesquisa nos permitem trabalhar, visto que se é possível começar a analisá-lo a partir do modelo acima, de outro lado jamais se sabe de antemão aonde a pesquisa chegará, se estiver comprometida com uma

atitude de descoberta. O conhecimento só é verdadeiramente novo e original quando não é predeterminado, ainda que formalmente, pelo objeto, mas antes elabora seu método, criando um novo caminho, por mais que heurísticamente empregue exemplos e esquemas. A verdadeira investigação não deveria ser confundida com a aplicação de teorias ditada por uma epistemologia doutrinária e imperialista.

Epistemologia da comunicação, na medida em que pode carregar rigor e propriedade filosófica como expressão, só pode significar estudo analítico, eventualmente histórico dos fundamentos teóricos e metodológicos que estruturam a pesquisa e a produção do conhecimento por parte dos investigadores dos chamados fenômenos de comunicação (mídia, mais frequentemente). Isto é, refere-se à análise das perspectivas teóricas e métodos de estudo dos quais lançam mão os estudiosos dos fenômenos ligados à imprensa, ao rádio, à televisão e a outros meios de comunicação. Confunde-a com a teoria aquele que lhe atribui à tarefa de definir o que é a comunicação enquanto objeto de pesquisa, visto que só aquela pode, legitimamente, construir seu conhecimento.

De certo que a comunicação, enquanto atividade humana e processo social pode ter sua “epistemologia”, visto que agencia conhecimentos nas várias esferas da existência. Desde uns anos para cá, a expressão tem se popularizado como instrumento conceitual da sociologia do conhecimento aplicado à vida cotidiana. Porém, está claro, não é esse o sentido em que o assunto é debatido em nosso contexto. O problema aqui diz respeito à epistemologia como uma disciplina filosófica, cujo cunho essencialmente analítico, desde o ponto de vista da própria legitimação, complica as pretensões dos que, empolgando-a como doutrina, desejam vinculá-la a um conjunto de estudos que, apesar de sequer terem conseguido se caracterizar como disciplina, supostamente se tornou ciência e, fantasiosamente, como tal deve ser tratado (Martino, 2001d, p. 77).

Martino parte da premissa, em nosso ver falaciosa, de que não há discussão da comunicação como área de conhecimento, para assim contrabandear a tese de que, se não é, ela pode e deve ser disciplina. No entanto, prova de que essa discussão existe está no consenso a respeito do caráter multi ou interdisciplinar dos estudos sob a rubrica agrupados que dela, há muito, resultou. Que esse consenso possa ser posto em questão não é de modo algum difícil de entender e aceitar: o problema surge quando, passando por alto não tanto os porta-vozes, mas a pesquisa feita na área desautoriza o que de fato a define: o trabalho de investigação efetivamente desenvolvido, para se tentar fundar uma cientificidade com base no decreto epistemológico.

Ocorre assim, em parte, porque do ponto de vista lógico e reflexivo, epistemologia da comunicação, expressão a que se prende o autor, se não equivocada, pelo menos tende a criar confusão – o que é embaraçoso para um empreendimento filosófico que nasceu de uma vontade de esclarecimento. Pertence à epistemologia a fala sobre a pesquisa e sobre o estudo dos fenômenos de comunicação (mídia, na maior parte das vezes), na medida em que interessa o exame de seus fundamentos teóricos e metodológicos, mas isso não significa que, assim, ela instaure um discurso da disciplina que seria a Comunicação, até porque é a disciplina que falta e, talvez, sempre faltará aos estudos ainda enfeixados sob este rótulo, pelas mais variadas razões (Sfez, 1992; Rüdiger, 2014).

A epistemologia é, por definição, metalinguagem e, em sentido próprio, uma atividade analítica e/ou histórica, que deveria evitar a pregação doutrinária, até para evitar o aprisionamento de suas proposições num solo provinciano. A postulação segundo a qual a comunicação se constitui como ciência particular, na medida em que estuda o que se chama de mídia e as suas circunstâncias, se subordina ao senso comum. A comunicação pode ser objeto de teoria e, assim, servir de conceito regulador de pesquisa, mas não é, exceto em uns poucos casos, em si mesma, objeto passível de

conhecimento científico. Falar em epistemologia da comunicação importa em acirrar a confusão que nasce do fato de, entre nós, o objeto de estudo (ainda) carregar o mesmo nome do saber interessado em seu conhecimento.

Conclusão

“

Deve-se criticar e lamentar o descaso para com as questões epistemológicas nas pesquisas em Comunicação Social, prejuízo talvez herdado de uma razão instrumentalista de ciência, que atribui essas questões ao estudo exclusivo dos filósofos da ciência, e não ao ofício de todo pesquisador.”

(Lopes, 1990, p. 88)

Disso não se segue, contudo, que a pesquisa em comunicação se constitua como ciência e, assim, possua a sua própria epistemologia. Fosse ciência, os estudos de comunicação não suscitariam interrogações sobre seu estatuto epistemológico entre seus praticantes. Que isso possa vir a ocorrer, ninguém aqui pretende proibir, e seria de todo distinta nossa argumentação, se o foco, aqui, fosse a pesquisa e desenvolvimento tecnológico orientado pela categoria (Von Forster, 1985).

Porém, na atividade acadêmica de sentido humanístico e na pesquisa de atitude empírica ou experimental, a hipótese nos parece de remota serventia, visto que o próprio conceito que lhe dá base não lhe predispõe a tanto. O obstáculo reside nos próprios limites proposicionais do conceito de comunicação, exceto, é claro, no caso de este ser reduzido aos fenômenos de comunicação midiada, isto é, ao que melhor seria definido como mídia (aliás, um termo oriundo do senso comum).

Nesse sentido, o fato de que os proponentes da ideia de comunicação como ciência, em geral, caíam na petição abstrata, visto o seu total alheamento em relação à prática de investigação efetivamente exercitada no campo, é um problema secundário. O principal prejuízo para a área que desejam defender, entendemos, é que, em assim o fazendo, eles encobrem a pergunta propriamente filosófica e crítica a respeito de se e como é possível uma ciência da comunicação com a fé de que isso não só é factível, mas desejável e necessário. A reflexão propriamente filosófica a respeito de se, uma vez dada, a figura da comunicação pode e deve transcender a sua condição de pressuposto de todo discurso possível, para ser aprendida como puro e simples objeto de ciência, por aí, não chega a ser reprimida, porque sequer vem à consciência.

Na ânsia de falar de igual para igual com os diferentes e, quem sabe, beneficiar-se das vantagens que supostamente os outros dispõem, os epistemólogos “da” comunicação acolhem uma doutrina, em vez de se colocarem a questão de se e em que medida a comunicação dos pesquisadores que se interessam pelos fenômenos que incluem neste título ou mesmo a dos que teorizam a respeito é compatível com uma abordagem do assunto que responda às condições das disciplinas historicamente estabelecidas como ciências ou mesmo às perguntas e questionamentos oriundos da reflexão filosófica (o tratamento dado ao assunto por Donsbach, 2006).

Immacolata Lopes disse tudo, mais uma vez, ao observar que, considerando o estágio que, bem ou mal, chegaram às ciências humanas, pretender elaborar uma concepção epistemológica unificada para a área de comunicação, uma teoria “abstrata e genérica, não parece ser o caminho mais apropriado” para desenvolver a pesquisa e, muito menos, desenvolver-lhe a cientificidade. O fundamental e urgente ainda hoje, concordamos, é antes desenvolver o exame “das investigações que se tem feito”, porque só assim se pode aprender algo de valor “sobre os referentes epistemológicos,

teóricos, metodológicos e técnicos através dos quais vêm sendo construídos o objeto e a teoria *na* Comunicação” (Lopes, 1990, p. 91 – grifo nosso).

Quem quer que se proponha a analisar e debater os feitos e realizações, mas também os problemas e desafios da pesquisa em comunicação (mídia, de fato) fará bem em se dedicar à epistemologia, porque é nesse plano que essas tarefas se colocam. Porém, só o fará bem se não perder contato com o trabalho de investigação efetivamente desenvolvido na área e puser de lado a convicção provinciana de que esta tarefa possui o objetivo doutrinário de provar o caráter de ciência desse campo do conhecimento, através da determinação abstrata e impositiva do que pretende que seja seu objeto.

A ruptura epistemológica com o devir poético da comunicação pretendida pelos que postulam seu tratamento como objeto de conhecimento disciplinar independente, puro e rigoroso é o sonho de uma noite de verão destes teóricos que pensam poder fazer a história por decreto ou se deixam iludir pela falta de uma boa filosofia. ●

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, James. *Communication theory*. Nova York: Guilford, 1996.
- BUNGE, Mario. *Epistemologia*. São Paulo: Edusp, 1980.
- DONSBACH, Wolfgang. The identity of communication research. In: *Journal of Communication*. n. 56, p. 437-448, 2006.
- ESCARPIT, Robert. *Pour une nouvelle epistemologie de la communication*. Compiègne: SFSCI, 1978.
- FAUSTO NETO, Antônio; PRADO, José; PORTO, Sérgio (Org.). *Campo da comunicação*. João Pessoa: Editora Universitária, 2001c.
- _____. *Campo da comunicação*. João Pessoa: Editora Universitária, 2001d.
- GARY, Brett. *The nervous liberals*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- GOMES, Wilson. O estranho caso de certos discursos epistemológicos que visitam a área de Comunicação. In: LOPES, Maria. *Immacolata* (Org.). *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.
- LAZAR, Judith. *La science de la communication*. Paris: PUF, 1992.

- LEVY, Mark; GUREVITCH, Michael (Org.). *Defining media studies*. Nova York: Oxford University, 1994.
- LOPES, Maria Immacolata. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Loyola, 1990.
- _____. *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.
- LOSEE, John. *Introduccion historica a la filosofia de la ciencia*. Madri: Alianza, 1981.
- LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne*. Paris: Minuit, 1979.
- MARTINO, Luiz Cláudio. Elementos para una epistemologia de la comunicacion. In: LOPES, Maria Immacolata; NAVARRO, Raul (Org.). *Comunicación, campo y objeto*. México: ITESO, 2001a.
- _____. De que comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera (Org.). *Teorias da comunicação*. Petrópolis, Vozes, 2001b.
- _____. *Elementos para uma epistemologia da comunicação*. In: FAUSTO NETO, Antônio; PRADO, José; PORTO, Sérgio (Orgs.). *Campo da comunicação*. João Pessoa. Editora Universitária 2001c.
- _____. *Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação*. In: FAUSTO NETO, Antônio; PRADO, José; PORTO, Sérgio (Orgs.). *Campo da comunicação*. João Pessoa. Editora Universitária 2001c.
- _____. Ceticismo e inteligibilidade do saber comunicacional. *Galáxia*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 53-67, 2003a.
- _____. As epistemologias contemporâneas e o lugar da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata (Org.). *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003b.
- _____. Apontamentos epistemológicos sobre a fundação e fundamentação do campo da comunicação. In: *E-compós*, Brasília, 2004.
- _____. *Teorias da comunicação: muitas ou poucas?* Cotia: Ateliê, 2007.
- _____. A interpretação do dado empírico no contexto das correntes teóricas da comunicação. In: BARBOSA, Marialva; MORAIS, Osvaldo (Org.). *Quem tem medo da pesquisa empírica?* São Paulo: Intercom, 2011.
- MATTELART, Armand. *L'invention de la communication*. Paris: Le Découverte, 1994.
- MERRIN, William. *Media studies 2.0*. Nova York: Routledge, 2014.
- QUIROGA, Tiago. Teoria e episteme comunicacional. In: FERREIRA, Gerson et al. (Org.). *Teorias da comunicação*. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.
- SCHRAMM, Wilbur (Org.). *La ciencia de la comunicacion humana*. Quito: Ciespal, 1965.
- SFEZ, Lucien. *Critique de la communication*. Paris: Seuil, 1992.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho*. Petrópolis: Vozes, 2002.

- SODRÉ, Muniz. Ciência e método em Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata (Org.). *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.
- TABARES, Julio. *Epistemologia de la comunicación*. Medellín: Universidad de Medellín, 2010.
- THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TUDOR, Mihaela. *Epistemologie de la communication*. Paris: L’Harmattan, 2013.
- VON FOERSTER, Heinz. Epistemology of communication. In: WOODWARD, Kathleen (Org.). *The myths of information*. Londres: Routledge, 1980.
- WOLENSKI, Jan. The history of epistemology. In: NIINILUOTO, Ilkka; SINTONEN, Matti; WOLENSKI, Jan. (Org.). *Handbook of epistemology*. Dordrecht: Kluwer, 2004.

NOTAS

- ¹ Pesquisando no Google (30/12/2013), verifica-se que a expressão em juízo está presente em número muito pequeno de páginas. Entre 1900 e 2013, tirando as repetições e usos meramente retóricos, ela, em língua inglesa, aparece com sentido um pouco mais enfático em apenas 17 entradas, de um total de 269. Antes de 2000, consta apenas uma. Em castelhano, francês e italiano, as menções não chegam a tanto no montante, considerando o mesmo período, e, sendo em torno de 7, igualmente se concentram nos últimos anos, embora apresentem um pouco mais, comparativamente, de substância, quando se examina o conteúdo das referências e documentação. As contribuições brasileiras, incluídas neste segundo grupo, se equiparam em número à soma de todas as citadas, girando em torno de 24.

Recebido em: 20 maio 2014

Aceito em: 03 jul. 2014

Endereço da autor:

Francisco Rüdiger <frudiger@ig.com.br>
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 7, Sala 319
90619-900 Porto Alegre, RS, Brasil